

RECENSÕES

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Paixão da Terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia*. Rio de Janeiro, Rocco: Socii, 1984, 160 p.

A partir de meados da década de 70 o discurso ecológico começa a fazer parte do cotidiano do país. Das advertências e apelos isolados de persistentes ecologistas, a defesa do meio ambiente passa a ser objeto de reivindicações concretas de diversos grupos sociais. Os conflitos ecológicos e a sua causa ganham espaço nobre na grande imprensa e nos meios de comunicação de massa, notadamente a televisão. Nesse devenir, verifica-se a implantação de várias entidades civis voltadas diretamente à proteção da natureza. Em agosto de 1981, institucionaliza-se a política nacional do meio ambiente, com a criação do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) através da Lei Federal nº 6.938/81. Tudo isso nos autorizando a reconhecer a existência de um movimento ecológico nada desprezível entre nós.

O reconhecimento desse fato, entretanto, não deve encobrir a apreensão das ambigüidades, tensões e fissuras que perpassam esse movimento. Uma bem mais explícitas do que outras. Como a atuação visivelmente contraditória do Estado. De um lado, como titular do poder de polícia destinado a coibir as violações perpetradas contra o meio ambiente. Do outro, como o principal agente fomentador de um modelo de desenvolvimento essencialmente antiecológico.

Através de um título bastante sugestivo, Carlos Walter Porto Gonçalves, geógrafo, membro fundador do Conselho Diretor do Socii (Pesquisadores Associados em Ciências Sociais) e ex-presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros (1980), reúne em livro alguns ensaios que se interligam através de uma preocupação comum: o fortalecimento do movimento ecológico mediante a superação das ambigüidades que estão presentes na sua *praxis*. Escritos em situações distintas, a maioria desses ensaios se caracteriza pelo sentido crítico que adota seu autor diante da postura natural-cientificista predominante nos ecologistas e geógrafos tradicionais. Segundo ele, o "conceito de natureza não é natural (. . .). Os ecologistas naturalistas não podem se iludir pensando que a política não faz parte dos problemas com que se ocupam (. . .). A paisagem não é neutra. É o quadro da reprodução da sociedade que o criou".

O ponto básico desse seu posicionamento está na necessidade de se compreender a relação do homem com a natureza a partir da apreensão do significado das relações sociais que ocorrem nesse espaço. Pois, "a história dos homens é parte da história da natureza". Daí porque deva aquela relação ser entendida

“como relação social que constrói um quadro de vida, condição de reprodução da própria sociedade”. A falta desse entendimento estaria, dentro do raciocínio do autor, na base das seguintes ambigüidades da “luta ecológica” entre nós: a distância que separa o discurso ecológico das práticas concretas (presença da ideologia); a crença no papel do lucro de propriedade privada como responsáveis pelo ecocídio, embora não consigam (os ecologistas que assim pensam) acabar com a poluição do Volga (“Não basta promover uma distribuição equitativa da riqueza: dar automóvel para todo mundo seria socializar o congestionamento”); a crítica da tecnologia sem a percepção do fato de que a técnica expressa as relações sociais do meio em que se vive (“O imposto pago por todos serve para evitar os danos provocados pelos próprios governantes”); e, finalmente, o corte cientificista que a impregna, fazendo com que a ciência e o Estado parem acima de qualquer interesse (“O movimento ecológico tem permanecido preso à lógica da sociedade do consumo que pretende criticar”).

No todo são nove ensaios, redigidos de forma coloquial e onde se entrecruzam — ao nosso ver um ponto forte do livro — as análises de natureza técnico-científica e a escritura apaixonada, destituída de qualquer compromisso maior com o rigor da linguagem cientificista. Dentre aquelas, destacam-se por seu caráter informativo e por seu teor analítico, respectivamente, os seguintes ensaios: “Acidente ecológico: os casos Tucuruí, Rio São Francisco e Vila Socó ou o dilema entre ecologia e política”, e “Da luta ecológica e de suas ambigüidades”. Como bom exemplo da última, o destaque vai para o pequeno ensaio “Espaço e luta: o amargo mel de Campos”.

Reivindicando uma conceitualização mais abrangente para o dano ecológico, Carlos Gonçalves analisa, no ensaio intitulado “Um passeio pela ordem do caos urbano”, os problemas que degradam cotidianamente a vida de milhares de pessoas nas nossas grandes cidades. Do problema habitacional à carência dos serviços de infra-estrutura urbana. Da precariedade dos transportes, do abastecimento de água e do serviço de esgotos, à falta de creches, escolas e hospitais. Aqui, a sua tese básica é a de que “a cidade é uma das formas materiais que assumem as relações sociais e, por isso (torna-se) difícil superar o problema do consumo coletivo dos problemas enfrentados pelos homens na esfera da produção — nas fábricas, nas minas, nos campos”.

Outros dois ensaios, por seu turno, dedicam-se à crítica do pensamento geográfico tradicional. No ensaio intitulado “Geografia do imperialismo: uma introdução”, de co-autoria com Nilce Moreira de Azevedo, sustenta a necessidade de que venham a ser superadas as explicações da Geografia Determinista e da Geografia Possibilista, tidas como armadilhas ideológicas. Em seu lugar, defende a elaboração de um paradigma histórico para a Geografia, vinculando o estudo do espaço geográfico à apreensão do que se convencionou dominar, dentro de determinada corrente teórica que adota o autor, de imperialismo. No segundo, intitulado “Geografia, Nação e Classes Sociais”, ao que tudo indica destinado principalmente aos professores de Geografia que atuam nos 1º e 2º graus, propõe a substituição do método tradicional da disciplina — baseado na descrição dos fenômenos naturais, que serve de suporte para as ideologias nacionalistas e regionalistas, como, por exemplo, a exaltação de um país por sua extensão

territorial ou pelo potencial dos seus recursos naturais — pelo método de explicação histórica. Para tanto, dois conceitos chaves devem ser recuperados com todo o rigor histórico: o de Nação e o de Estado Nacional.

Por fim, e aqui não seguimos a ordem de disposição dos ensaios no livro, Carlos Gonçalves se volta, no ensaio intitulado “Estrutura agrária e dominação do campo no Brasil”, para a problemática agrária do país, sob a justificativa de que a inserção de um texto dessa natureza em um livro preocupado basicamente com a questão ecológica tem por objetivo superar a visão de uma certa maneira romântica que alguns ecologistas mantêm com relação ao campo, mediante a demonstração das condições em que vivem os trabalhadores rurais.

Não se levando em conta um certo militandismo recorrente que permeia suas reflexões (“Torçamos para que essas considerações não fiquem simplesmente no papel, mas sirvam efetivamente para a nossa reflexão e ação. Os Problemas estão aí e não vai ser fugindo deles que os superaremos”) — aliás, o ponto fraco do livro, responsável pelo empobrecimento da análise e pelo ocultamento, em algumas passagens, de certas especificidades presentes nos fatos observados pelo autor —, o livro merece ser lido por todos os que se preocupam com os problemas do homem e seu espaço. A sua (nossa) sobrevivência. A poluição e a fome. Não só por ecologistas e geógrafos. Como também por políticos, planejadores e responsáveis pela implementação das políticas estatais e, por fim, principalmente por aqueles que, como o autor, cultivam uma intensa paixão pela terra e pelo homem. E pelo dia seguinte.

Affonso Pereira

Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco

PEREIRA, Raimundo, et alii. *Eleições no Brasil Pós-64*. São Paulo: Global Editora, 1984, 126 p.

O livro *Eleições no Brasil Pós-64* foi organizado por Raimundo Rodrigues Pereira, pernambucano de Exu, em co-autoria com Álvaro Caropreso, paulista de Guaratinguetá, e José Carlos Ruy, paulistano, todos jornalistas e pesquisadores que trabalharam juntos no jornal *Movimento* e atualmente estão engajados na organização de um grupo de popularização da informação, com outros colegas, intelectuais e militantes do movimento popular e democrático.

Os autores, numa contribuição histórica, nos oferecem uma produção sistematizada de fatos que retratam a realidade brasileira sob o regime de exceção imposto ao País, através da análise dos dados eleitorais de 1964 a 1982. Apresentam, ainda, cronologicamente, as legislações casuísticas criadas pelo